



TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 006/2023
Processo Administrativo nº 381/2023
Inexigibilidade de Chamamento Público 005/2023

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
IBIRACI E O LAR JESUS-MARIA-JOSÉ

O MUNICÍPIO DE IBIRACI, devidamente inscrito no CNPJ n° 17.894.072/0001-22, sediada Rua Seis de Abril, 912 – Centro de Ibiraci (MG), neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Ismael Silva Cândido, portador do RG n.º 20.598.620-1 SSP/SP – e do CPF/MF n.º 705.708.416-15 brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Ibiraci, Estado de Minas Gerais, sita na Rua Marimbondo, n° 37, Usina de Peixoto, doravante denominado **CONTRATANTE** e o **LAR JESUS-MARIA-JOSÉ**, inscrito no CNPJ n° 00.394.454/0001-94, sediada na Chácara Céu Azul, s/n°, Bairro São Franciso, Cássia/MG, neste ato representado pelo Presidente o **Sr. Pedro Bernardino da Costa**, portador do RG M-2.622.953 SSP/MG e do CPF 489.775.606-59, brasileiro, casado, residente na Rua Roque Portes Vieira, n°171– Bairro Centro, Cássia/MG, doravante denominada **CONTRATADA**, de mútuo e comum acordo resolvem celebrar o presente **Termo de Colaboração**, observando as disposições da Lei Federal n° 13.019/2014, Decreto n° 8.726/2016, Lei Municipal 1.806 de 27 de dezembro de 2016, respeitadas as seguintes cláusulas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1- O presente Termo de Colaboração, decorrente da Inexigibilidade de Chamamento Público n° 001/2023, com fulcro no artigo 30, inciso III, tem por objeto celebração de parceria com a Organização da Sociedade Civil (OSC) com capacitada técnica e operacional instalada, para prestação de serviços de Acolhimento Institucional destinado ao atendimento de até 06 crianças e 03 adolescentes na faixa etária de 0 a 18 anos incompletos, ambos os sexos, afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva, tudo conforme Plano de Trabalho, que devidamente aprovado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, constitui parte integrante do presente Termo, como se nele estivesse transcrito.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 2.1-** Contratar o corpo técnico necessário, assegurando a execução das atividades e projetos da parceria, previstos no Plano de Trabalho;
- 2.2-** Permitir o livre acesso dos servidores da CONTRATANTE, facilitando a obtenção de informações junto à CONTRATADA;
- 2.3-** Assumir as responsabilidades por eventuais danos materiais ou morais causados pela CONTRATADA ao Município e a terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no cumprimento das obrigações aqui pactuadas;
- 2.4-** Não transferir ou subcontratar, ceder ou sub empreitar, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes da



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACI – MG

Rua 6 de Abril, n° 912, Bairro Centro, CEP 37.990-000, Ibiraci/MG. CNPJ 17.894.072/0001-22
Tel. (35) 3544-9700 Adm. 2021/2024 www.ibiraci.mg.gov.br

adjudicação do fornecimento, ressalvada, se necessária e plenamente justificável a intervenção de fornecedores ou serviços técnicos especiais, desde que devidamente autorizados pelo CONTRATANTE, sob pena de rescisão deste Termo;

2.5- Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE, bem como pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais ou outro órgão envolvido na execução do objeto, seja verbal e/ou por escrito, garantindo-se o livre acesso dos mesmos nas dependências da instituição;

2.6- Manter registros contábeis, atualizados e em boa ordem a disposição dos servidores da CONTRATANTE;

2.7- Guardar, zelar, responsabilizar-se pela conservação e manutenção do patrimônio público municipal (bens móveis, equipamentos), eventualmente cedidos para execução do Serviço e recebidos pela CONTRATADA;

2.8- Prestar contas dos recursos recebidos durante o período de execução, perante a CONTRATANTE.

2.9- Obedecer, para fins de prestações de contas, as normativas expedidas pelo CONTRATANTE;

2.10- A verba a ser repassada pela CONTRATANTE para de prestação de Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, ambos os sexos na faixa etária de 0 a 18 anos incompletos, será utilizada na forma prevista no plano de trabalho integrante desse Termo;

2.11- Restituir o Município, os valores transferidos para execução da parceria, atualizados monetariamente, desde do recebimento, quando os mesmos não forem utilizados, aplicados em objetos diversos ao pactuado ou em despesas vedadas;

2.12- Responder pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da CONTRATADA e ao adimplemento deste termo, não caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

2.13- Se responsabilizar pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas custeio de investimento e de pessoal conforme o caso;

2.14- Manter pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da entrega da última prestação de contas, os cadastros dos beneficiários, bem como documentos contábeis em boa ordem e conservação à disposição do Município, a qualquer tempo;

2.15- Divulgar este Termo de Colaboração em seu sítio na internet, ou em outro meio de comunicação, caso mantenha, e em locais visíveis de sua sede social ou de estabelecimentos em que exerça suas ações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3- Transferir recursos financeiros à CONTRATADA, mensalmente, de acordo com o Termo de Estadia, a ser fornecida mensalmente;

3.1- Designar comissão de monitoramento e avaliação e o gestor que serão responsáveis pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, incluindo:

- Appreciar a prestação de contas apresentada pela CONTRATADA;

- Fiscalizar a execução do Termo de Colaboração, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACI – MG

Rua 6 de Abril, nº 912, Bairro Centro, CEP 37.990-000, Ibiraci/MG. CNPJ 17.894.072/0001-22
Tel. (35) 3544-9700 Adm. 2021/2024 www.ibiraci.mg.gov.br

obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

- Comunicar formalmente à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo;

3.2- Dar publicidade ao presente Termo de Colaboração através da publicação em órgão oficial de publicação municipal;

3.3- Bloquear, suspender ou cancelar o pagamento das transferências financeiras à CONTRATADA quando houver descumprimento das exigências contidas no presente Termo, tais como:

- Atrasos e irregularidades na prestação de contas.

- Aplicação indevida dos recursos financeiros, transferidos pelo MUNICÍPIO, não prevista no Plano de Trabalho.

- Não cumprimento do Plano de Trabalho.

- Falta de clareza, lisura ou boa fé na aplicação dos recursos públicos.

3.4- Para fins de interpretação do item 3.3 entende-se por:

a) Bloqueio: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, ficando, todavia acumulada para pagamento posterior.

b) Suspensão: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, perdendo, a CONTRATADA, o direito à percepção da transferência financeira relativa ao período de suspensão.

c) Cancelamento: A determinação para que a transferência financeira não seja repassada a partir da constatação de determinada situação irregular.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALORES E RECURSOS FINANCEIROS

4 - O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelos serviços efetivamente prestados, calculando sobre o número de crianças e adolescentes institucionalizados multiplicado pelas mensalidades e diária, podendo ser aditado, mediante termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes antes do término do contrato;

4.1- Os repasses serão efetuados mediante apresentação do Termo de Estadia devidamente aprovada pela Comissão de Monitoramento e Avaliação até o limite financeiro anual estimado, com vencimento no mês subsequente aos serviços prestados;

4.2- Os repasses serão efetuados mediante prestação de contas parcial apresentada e aprovada pelo Gestor da Parceria e Comissão de Monitoramento e Avaliação, tendo 10 dias após a data do protocolo para análise das contas.

4.3- A CONTRATADA movimentará os recursos em **conta bancária específica da parceria, isenta de taxas e tarifas bancárias**, de sua titularidade mantida junto ao Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal.

CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

5 - O acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto e condições do presente instrumento serão exercidos pelo CONTRATANTE através da Comissão de Monitoramento e Avaliação a quem também incumbirá a análise dos relatórios de atividades dos serviços desenvolvidos e dos demais documentos apresentados pela CONTRATADA;

5.1- O responsável pela gestão do convênio poderá, de acordo com a necessidade e para fins de análise do relatório, solicitar informações adicionais,



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACI – MG

Rua 6 de Abril, n° 912, Bairro Centro, CEP 37.990-000, Ibiraci/MG. CNPJ 17.894.072/0001-22
Tel. (35) 3544-9700 Adm. 2021/2024 www.ibiraci.mg.gov.br

examinar documentos e praticar demais atos pertinentes ao exato cumprimento das finalidades do presente termo.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E TA DE REAJUSTE E OBJETO

6 - O presente Termo de Colaboração vigorará por 12 meses, iniciando a vigência a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de 12 meses, limitado a 60 (sessenta) meses, mediante termo aditivo de vigência, valores e objeto, desde que seja acordado entre as partes antes do término do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7- O presente instrumento, poderá ser rescindido, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8- A prestação de contas dos recursos financeiros transferidos pelo CONTRATANTE, dos recursos de contrapartida, quando existir, e os rendimentos apurados em aplicações financeiras, deverá obedecer às instruções e formulários fornecidos pelo Município;

8.1- A Prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada com os seguintes documentos:

8.2- “**Relatório de Execução Financeiro**”, a ENTIDADE deverá apresentar prestação de contas parcial, assinado pelo seu **representante legal e tesoureiro, até dia 10** do mês subsequente ao pagamento, acompanhado dos comprovantes de despesas, comprovantes pagamentos e extratos bancários.

8.3- “**Relatório de Execução do Objeto**”, a ENTIDADE deverá apresentar prestação de contas final, assinado pelo seu representante legal, até 30 dias após o a vigência do contrato, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto proposto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

8.4- Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente em a

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

9- O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

9.1- Pela execução da parceria em desacordo com o projeto, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO VALOR

10 - O presente termo possui como valor mensal per capita a ser repassado ao CONTRATADO o valor de R\$3960,00 (três mil novecentos e sessenta reais).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACI – MG

Rua 6 de Abril, n° 912, Bairro Centro, CEP 37.990-000, Ibiraci/MG. CNPJ 17.894.072/0001-22
Tel. (35) 3544-9700 Adm. 2021/2024 www.ibiraci.mg.gov.br

11- As despesas com a execução da presente parceria correrão por conta da seguinte dotação Orçamentária: Ficha 341, constante da Lei Orçamentária Municipal n° 2046, de 14 de dezembro de 2022.

020702.0824408012.341.33903900000.1500000000

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

12- Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente termo e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Lei Federal N° 13.019/14 e Decreto n° 8.726/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO DE ELEIÇÃO

13 - Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Ibiraci (MG), com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Ibiraci (MG), 13 de Novembro de 2023.

Ismael Silva Cândido
Prefeito de Ibiraci

Pedro Bernardino da Costa
Presidente da Associação

Ana Maria Alves Borges
Secretária Municipal de Assistência Social

Testemunhas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACI – MG

Rua 6 de Abril, n° 912, Bairro Centro, CEP 37.990-000, Ibiraci/MG. CNPJ 17.894.072/0001-22
Tel. (35) 3544-9700 Adm. 2021/2024 www.ibiraci.mg.gov.br

Ao Sr. Ismael Silva Cândido
Prefeito Municipal

Considerando o disposto no art. 30, inciso III da Lei Federal nº 13.019/2014, que prevê os casos de Dispensa de chamamento público;

Considerando o caso acompanhado pela equipe da Secretaria de Assistência Social do município;

Considerando decisão judicial proferida no processo nº5001301-36.2023.8.13.0297 determinando ao município a *“imediata colocação sob mandado de busca e apreensão e sua entrega imediata em Programa de Acolhimento Institucional, sob responsabilidade do município de Ibiraci(...)”*;

Considerando que o município não dispõe de Programa de Acolhimento Institucional, contudo sempre que preciso contrata vagas no Lar Jesus-Maria-José, com quem já firmou em outras oportunidades, parceria via Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC);

Solicito a URGENTE abertura de processo para contratação de vaga de Acolhimento Institucional mediante a dispensa de chamamento público, com base no acima exposto, para atendimento da medida judicial.

Ibiraci, 01 de novembro de 2023

Ana Maria Alves Borges
Secretária Municipal de Assistência Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACI – MG

Rua 6 de Abril, nº 912, Bairro Centro, CEP 37.990-000, Ibiraci/MG. CNPJ 17.894.072/0001-22
Tel. (35) 3544-9700 Adm. 2021/2024 www.ibiraci.mg.gov.br

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Considerando o disposto no art. 30, inciso III da Lei Federal nº 13.019/2014, que prevê os casos de Dispensa de chamamento público;

Considerando o caso acompanhado pela equipe da Secretaria de Assistência Social do município;

Considerando decisão judicial proferida no processo nº5001301-36.2023.8.13.0297 determinando ao município a “*imediata colocação sob mandado de busca e apreensão e sua entrega imediata em Programa de Acolhimento Institucional, sob responsabilidade do município de Ibiraci(...)*”;

Considerando que o município não dispõe de Programa de Acolhimento Institucional, contudo sempre que preciso contrata vagas no Lar Jesus-Maria-José, com quem já firmou em outras oportunidades, parceria via Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC);

RESOLVE a Administração Pública Municipal pela contratação da Organização da Sociedade Civil privada Lar Jesus-Maria-José, sem fins lucrativos, para Acolhimento Institucional de menores, inscrita no CNPJ sob nº 00.394.454/0001-94, com sede à Chácara Céu Azul, s/nº, Bairro São Francisco, na cidade de Ibiraci, Estado de Minas Gerais.

A contratação obedece aos preceitos legais vigentes, visando o Acolhimento Institucional de menor, conforme decisão judicial anexa, pelo Termo de Colaboração nº 005/2023.

Ibiraci, 01 de novembro de 2023

Ana Maria Alves Borges
Secretária Municipal de Assistência Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACI – MG

Rua 6 de Abril, n° 912, Bairro Centro, CEP 37.990-000, Ibiraci/MG. CNPJ 17.894.072/0001-22
Tel. (35) 3544-9700 Adm. 2021/2024 www.ibiraci.mg.gov.br

AUTORIZO

Tendo em vista a necessidade do município em atender a medida judicial para Acolhimento Institucional da menor, conforme ofício recebido da Secretaria Municipal de Assistência Social; e a justificativa apresentada pela Secretaria mencionada, **AUTORIZO** abertura de processo para contratação mediante a dispensa de Chamamento Público.

Ibiraci, 01 de novembro de 2023

Ismael Silva Cândido

Prefeito Municipal